

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.977 — Brasília, quinta-feira, 24 de outubro de 2013



Senado susta decisão do TSE sobre número de deputados



Projeto de decreto legislativo, que segue para a Câmara, confrontou os interesses eleitorais dos estados e chegou a dividir bancadas do mesmo partido

Sessão de ontem do Plenário foi marcada por polêmica na análise do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 85/2013. A matéria susta os efeitos da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que redefiniu, com base no Censo de 2010, o número de deputados federais, estaduais e distritais no país.

Parte dos senadores argumentou que a Lei Complementar 78/1993 daria poderes ao TSE para o cálculo, tornando desnecessário o decreto legislativo. Para o autor da proposta, senador Eduardo Lopes, o Congresso tem a obrigação de fazer uma nova lei a cada quatro anos, estabelecendo os ajustes na representação eleitoral de cada estado. **5**

Idosos doentes não precisarão comparecer a órgãos públicos **8**

Vai para sanção proibição de brinquedo que imita cigarro **7**

País deveria investir mais em educação infantil, diz especialista **7**

Parlamentares irão à Rússia interceder por ativista presa **8**



Observado por Armando Monteiro, Walter Pinheiro (E) defende relatório de Sérgio Souza pelo voto aberto amplo

Voto aberto volta ao exame do Plenário

Após três horas de debates, a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou as emendas apresentadas em Plenário durante a

discussão, em primeiro turno, da PEC que elimina o voto secreto em todas as Casas legislativas do país. **6**

Pacto federativo será debatido hoje em Plenário com Mantega **2**

Para Maria do Rosário, desafio é a redução de homicídios **4**



Marcos Oliveira / Agência Senado

“Política para aeroportos não mudará”

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, disse que, nas próximas concessões de aeroportos, a Infraero continuará tendo participação nos consórcios. O ministro da Aviação, Moreira Franco, havia dito que o modelo causa prejuízo ao Tesouro. **3**

Acompanhe a Sessão pela TV Senado

29 de outubro
Terça-feira – 11h

Mais informações no site
www.senado.leg.br/noticias/especiais/constituicao25anos

25 anos da Constituição Cidadã



Sessão Especial em comemoração aos 25 anos da Constituição Federal

Ministro da Fazenda debate pacto federativo em Plenário

Sessão temática dará subsídios para avançar nas propostas em discussão, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Esforço conjunto pode votar fim da guerra fiscal até o final de novembro

O PACTO FEDERATIVO será tema da terceira sessão deste ano no Senado, hoje, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e de representantes de estados e municípios. O debate — com temas como troca do indexador das dívidas estaduais, guerra fiscal e receitas do comércio eletrônico — permitirá avançar nas propostas em tramitação, na opinião do presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Nós fizemos reuniões com governadores e prefeitos. Quando votamos o fim da guerra dos portos, assumimos o compromisso de uma agenda e agora é a oportunidade de retomá-la — disse Renan.

As sessões temáticas têm a função de debater assuntos relevantes com especialistas e autoridades. A primeira discutiu

reforma política e a segunda, financiamento da saúde. Pacto federativo foi sugerido por Walter Pinheiro (PT-BA).

Na terça-feira, integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sugeriram esforço conjunto do Senado e da Câmara para votar, até o final de novembro, projetos sobre o fim de guerra fiscal. Entre eles, está a reforma do ICMS (PRS 1/2013), aprovada em maio pela CAE e que aguarda votação em Plenário. O texto busca a unificação gradual das alíquotas interestaduais, com redução de um ponto por ano até 4% — hoje, a alíquota é de 7% nas Regiões Sul e Sudeste e de 12% nas demais.

Outro ponto sem consenso é a convalidação de incentivos fiscais concedidos sem a unanimidade do Conselho

Nacional de Política Fazendária, que reúne secretários de Fazenda das 27 unidades da Federação. Os incentivos foram julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A secretaria-geral da Mesa, Claudia Lyra, acredita que a sessão ajudará na discussão.

— Vejo como muito importantes os subsídios que serão trazidos para todos — disse. Projeto aprovado ontem na Câmara trata da mudança no indexador das dívidas dos estados e municípios, reivindicação antiga de governadores e prefeitos. Hoje, o saldo devedor é atualizado pelo IGP-DI mais juros de 6% a 9% ao ano. Com a mudança, os juros deverão ser de 4% ao ano, e a atualização será calculada com base no IPCA, mais estável.

Também aguarda decisão a divisão do ICMS sobre compras na internet. Hoje quem compra produto de uma loja virtual localizada em outro estado paga ICMS na origem. A PEC 197/2012 divide o valor entre o estado de origem e o de destino. O texto foi aprovado pelo Senado em 2012 e tramita na Câmara dos Deputados.



Taques defende a PEC de autoria dele, relatada na CCJ por Aloisio Nunes

Urgência poderá ser solicitada por um terço dos parlamentares

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que torna possível o requerimento de urgência para qualquer projeto de lei em tramitação no Senado ou na Câmara dos Deputados, com apoio de apenas um terço dos integrantes da respectiva Casa.

De autoria de Pedro Taques (PDT-MT), a PEC 29/2012 segue ao Plenário para votação e discussão em dois turnos. Taques explica que o

objetivo da PEC é assegurar à minoria a possibilidade de “desengavetar” projeto cuja votação não interessa à maioria. Segundo ele, a aprovação da proposta também diminui o poder atual dos presidentes de cada Casa de incluir ou não um projeto na pauta de votações.

Em análise favorável, o relator, Aloisio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que a proposta é adequada e concretiza os direitos da minoria parlamentar no Congresso Nacional.

Geraldo Magela/Agência Senado



Mantega vai participar da terceira sessão temática feita pelo Senado neste ano

Davim cobra mais repasses para municípios

Paulo Davim (PV-RN) pediu apoio para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013, de Ana Amélia (PPRS), que prevê aumento de 2% no repasse do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Dados de 2012, citados pelo senador, apontam que, do orçamento de R\$ 1,7 trilhão para os municípios, 43% foram

destinados à amortização da dívida, 23% para a Previdência e apenas 10% são recursos transferidos pela União.



Senador defende aumento de 2% no repasse de IR e IPI para prefeituras

Outra demanda dos prefeitos, destacada por Davim, é que os repasses dos programas federais para pagamento de pessoal não sejam computados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele ainda registrou encontro de prefeitos e deputados estaduais do Rio Grande do Norte com a bancada federal, no início da semana, para pedir o apoio do Congresso nas negociações com o governo.

Flexa diz que faltam policiais rodoviários no PA

Preocupado com a diminuição no efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Pará, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez um apelo ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que adote medidas de incentivo à fixação dos servidores em território paraense.

Segundo o senador, em 1996 havia 374 policiais rodoviários federais no Pará, contra 344 hoje, apesar da posse de 188 novos profissionais em 2009. Ele disse que a falta de policiais rodoviários torna-se mais grave diante do aumento do movimento de carga nas estradas paraenses, que deve se intensificar com a conclusão das obras na rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá).

Nascimento pede solução para problemas de Manaus

Saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e infraestrutura são áreas que concentram os principais problemas de Manaus, cujos 344 anos de fundação foram citados em discurso de Alfredo Nascimento (PR-AM). — Vários setores cruciais

carence de presença do Estado — afirmou. O senador disse que a população da cidade sofre com altos índices de criminalidade, com a falta de leitos e medicamentos nos hospitais e com problemas na educação pública. Outra necessidade apontada por Nascimento é a conclusão da rodovia BR-319, que liga o estado ao restante do país.

Waldemir Barreto/Agência Senado



ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h15 de ontem serão publicados na próxima edição do Jornal do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Pacto federativo

10h Os senadores debatem o pacto federativo em sessão temática com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

10h O senador Renan Calheiros preside sessão temática que vai debater o pacto federativo e, às 16h, a ordem do dia.

CRA Descarte de medicamentos

7h45 Projeto que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário pode ser votado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CDH Espionagem

8h30 Audiência interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a espionagem e infiltração da empresa Vale, com ameaças a movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs.

CCT Inovação

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia realiza, no Interlegis, o seminário Caminhos para a Inovação. O evento integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O debate terá caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

CMO LDO 2014

10h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise do relatório final ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

CAS Fisioterapia

11h Para discutir a inclusão do fisioterapeuta na norma de segurança em medicina do trabalho nas empresas públicas e privadas, a Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública interativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia; e, na sequência, às 10h, transmissão da sessão temática sobre o pacto federativo. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, sessão temática sobre o pacto federativo. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ministra Gleisi Hoffmann disse que estatal Infraero continuará tendo participação de 49% nos consórcios aos quais forem concedidos aeroportos hoje sob direção pública

Governo manterá modelo de gestão de aeroporto

DENTRO DO PROGRAMA de Investimentos em Logística (PIL), iniciativa do governo para estimular o investimento privado em infraestrutura e diminuir o custo logístico no país, a concessão dos aeroportos do Brasil será mantida no modelo atual, com a participação de 49% nos consórcios da estatal Infraero. Foi o que afirmou a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, durante uma audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, havia declarado que esse modelo é um “sacrifício” para o país e dá prejuízos ao Tesouro. Gleisi, porém, defendeu sua continuidade:

— Foi uma opção que fizemos para a sustentabilidade da Infraero, porque nem todos os aeroportos são passíveis de concessão, são sustentáveis.



Marcos Oliveira /Agência Senado

Durante audiência, a ministra Gleisi Hoffmann, o senador Fernando Collor, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams

Precisamos ter uma empresa para fazer a gestão dos demais aeroportos. A Infraero é essa empresa.

Segundo a ministra, a participação da Infraero nos aeroportos concedidos é para que se busque expertise e haja melhorias na capacidade de gestão da estatal ao conviver com

grandes operadores. Assim, poderá transferir o ganho para todo o sistema aeroportuário.

Regionais

Gleisi revelou que a SAC está terminando um estudo para investimento nos 270 aeroportos regionais do país, que deverão receber melhorias por meio de

obras públicas, já que não são atrativos para as concessões. A outorga dos grandes aeroportos já concedidos é direcionada a essas melhorias, lembrou ela.

— Somente a outorga fixa anual de Brasília, Viracopos e Guarulhos gerará em torno de R\$ 1,1 bilhão para ser utilizado em investimento

no sistema — disse Gleise.

Além da opção de manter os pequenos e médios sob a administração da estatal, ela revelou que há a possibilidade de delegação a estados e municípios, com gestão feita por parceria público-privada.

— Vamos ter vários aeroportos regionais com modelagem diferente de gestão, que pode ser diretamente pública, no caso de Infraero, mas ela ficará com poucos deles, ou delegação a estados e municípios de uma parceria administrativa com o setor privado.

Até o momento, três grandes aeroportos foram concedidos — Viracopos (Campinas), Guarulhos (São Paulo) e Juscelino Kubitscheck (Brasília). Dois estão em processo de concessão — Galeão (Rio) e Confins (Belo Horizonte). Os próximos serão os de Salvador, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Vitória.

Ação federal quer atrair capital estrangeiro

Segundo a ministra Gleisi Hoffmann, o Programa de Investimentos em Logística, lançado em setembro, pretende atrair capital privado, inclusive estrangeiro, de R\$ 240 bilhões para a construção de estradas, ferrovias, portos e aeroportos.

Os leilões da BR-163, em Mato Grosso, e da BR-060, que liga Brasília a Goiânia, estão previstos para 27 de novembro e 4 de dezembro, respectivamente; os da BR-040, entre

Brasília e Juiz de Fora (MG), e da BR-163, em Mato Grosso do Sul, para 2014. Segundo Gleisi, nos primeiros cinco anos, os esforços estarão nas duplicações. O desafio é praticar tarifas “socialmente aceitas”.

Nas ferrovias, o novo modelo de concessão que deve ser praticado vai separar quem gerencia a infraestrutura e quem faz a operação de transporte. O concessionário constrói e mantém a infraestrutura, e o operador

compra a capacidade e opera o transporte. Segundo a ministra, o sistema vai permitir que haja mais operadores usando a ferrovia, e não só o que ganhou a concessão para fazer a obra. Quem oferecer o menor valor para fazer a ferrovia e também o de operação é que vai ganhar a concessão. Depois, a Valec, empresa pública responsável pelas ferrovias, vai pagar esse valor e fazer uma oferta pública para a utilização.

De acordo com senadores, TCU atrapalha andamento de obras

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), citou um artigo do ex-ministro Delfim Netto sobre a perda da capacidade de planejamento logístico do Estado, especialmente por falta de projetos bem feitos.

Blaíro Maggi (PR-MT), Lobão Filho (PMDB-MA) e José Pimentel (PT-CE) criticaram o Tribunal de Contas da União (TCU), que muitas vezes vê

sobrepreço nas licitações e paralisa obras, prejudicando os cidadãos. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, explicou que essa é uma obrigação do tribunal, prevista na Constituição. Adams e a ministra Gleisi Hoffmann afirmaram que o trabalho em colaboração com o TCU é importante para o prosseguimento das obras, garantindo segurança jurídica às licitações.

Collor vê “inoperância” do governo de Alagoas

Fernando Collor (PTB-AL) manifestou repulsa diante da “inoperância, incompetência e impotência” do governo de Alagoas, que, no ponto de vista dele, tem faltado com serviços básicos à população do estado. Ele citou como exemplo os trabalhadores de distribuição emergencial de água, conhecidos como pipeiros, que estão sem salário há quatro meses, o que tem agravado a situação dos municípios atingidos pela seca.

— É um exemplo da inoperância do atual governo de Alagoas, que nem sequer consegue manter em dia o pagamento de um serviço básico e paliativo, porém, de fundamental importância para o interior do estado, como é o abastecimento de água.

Vanessa anuncia grupo para acelerar projetos no AM

A Casa Civil da Presidência deverá formar comissão com re-



Requião: royalties de Libra poderão ser um “fracasso”

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou duramente o leilão do Campo de Libra. Para ele, o Brasil experimentará um “fracasso absoluto” na arrecadação de royalties do pré-sal caso o preço do barril de petróleo caia



Wellington defende regime de partilha para o pré-sal

Em discurso terça-feira, Wellington Dias (PT-PI) defendeu o regime de partilha para a exploração do petróleo na camada de pré-sal. Ele afirmou que a partilha é mais benéfica para o país que o antigo regime de concessão.



Campo garantirá 67% do petróleo nacional, diz Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) comentou o resultado do leilão do Campo de Libra. O senador ressaltou que, quando a exploração atingir o ponto máximo, serão produzidos 1,4 milhão de barris de petróleo por dia e 40 milhões de metros cúbicos de gás natural, dos quais 25 milhões de metros cúbicos serão ofertados ao mercado.



Chega ao Senado MP que beneficia produção de etanol

Foi lida em Plenário, ontem, a Medida Provisória 622/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 380 milhões para pagar subvenção aos produtores de etanol combustível da Região Nordeste referente à safra 2011-2012.

Aprovada na terça pela Câmara, a MP chega ao Senado trancando a pauta de votações e perde a validade no dia 6. A subvenção foi concedida pela Medida Provisória 615/2013, transformada na Lei 12.865/2013, visando ajudar o setor naquela região por causa da longa estiagem.

O relator da MP na Comissão Mista de Orçamento, deputado José Priante (PMDB-PA), disse que o crédito serve para atender “despesas relevantes e urgentes”.

Para ministra, principal desafio é reduzir homicídios

Maria do Rosário, ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, expôs aos senadores ontem a necessidade de investir na qualificação de policiais, peritos e investigadores

AOPARTICIPAR DE audiência pública ontem na Comissão Especial de Segurança Pública, sobre o tema “atenção ao cidadão e à vítima”, a ministra Maria do Rosário manifestou preocupação com o aumento das taxas de homicídios ocorridos no Brasil nos últimos anos e colocou o problema da segurança pública no mesmo patamar de importância dos direitos humanos.

Durante a reunião, presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), Maria do Rosário, referindo-se ao artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais, observou que o tema da segurança, por não ter sido colocado pelo Constituinte entre os vários incisos, mas no próprio caput do artigo 5º, foi considerado como essencial para a dignidade humana.

— Toda política de segurança pública pautada por um viés de direitos humanos, como a Constituição orienta, deve proteger a vida e, portanto, em todos os sentidos, para nós no Brasil, o principal desafio é diminuirmos o número de



Vital do Rêgo (C) preside audiência com a ministra Maria do Rosário (2ª à esq.)

homicídios — disse Maria do Rosário.

Na avaliação da ministra, para que o país consiga reverter os números da violência, será necessária a ampliação dos investimentos na melhoria da qualidade da formação de policiais. Segundo ela, o aprimoramento da capacitação de peritos e investigadores criminais será um passo dos mais importantes para o enfrentamento da impunidade que realimenta o crime.

— Nós temos uma responsabilidade para desmitificarmos essa falsa questão que opõe direitos humanos e polícias. E procurarmos defender que a dignidade dos bons policiais

exige que, quando sejam identificados maus policiais, aqueles que tenham consciência do bom trabalho que devem realizar, em nome da sociedade, tenham a liberdade de fazê-lo e não sejam reféns das estruturas que interagem com o crime — afirmou.

Após a exposição da ministra Maria do Rosário, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) parabenizou-a pela visão “moderna” sobre o tema da segurança pública. Lobão Filho recomendou, inclusive, a “contaminação” de outras esferas de governo e organizações não governamentais com as idéias da ministra sobre o assunto.

Municípios sem bombeiros poderão ter brigada de incêndio

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 19/2013) que autoriza os municípios sem corpo de bombeiros a criar brigada de combate a incêndio e de salvamento. De iniciativa do presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a proposta recebeu voto favorável do relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), e agora segue para votação no Plenário do Senado.

Conforme o substitutivo, lei estadual deverá ser editada não só para instituir esse serviço, mas também para atribuir ao corpo de bombeiros militar sua regulamentação, fiscalização e supervisão técnica. A participação nas atividades da brigada será voluntária e deverá constituir serviço público relevante.

De acordo com estudo do

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), citado por Vital na justificação da proposta, apenas 11% das cidades brasileiras têm unidades do corpo de bombeiros. No estado do Tocantins, apenas 3,6% dos municípios contam com este serviço.

Gurgacz aproveitou o substitutivo para aperfeiçoar alguns pontos da PEC 19/2013. Inicialmente, determinou a edição de lei estadual para estabelecer a criação do serviço e seu controle pelo corpo de bombeiros. Depois, retirou a defesa civil de seu leque de atribuições.

O relator também rejeitou emenda à PEC 19/2013 apresentada pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Sua intenção era incluir menção a “corpo de bombeiros voluntário” no texto constitucional a ser modificado.



Luiz Henrique conversa com Acir Gurgacz, relator da PEC 19/2003 na CCJ



Moreira Neto/Agência Senado

Bauer diz que taxas de marinha atingem até cidades sem praia



Moreira Neto/Agência Senado

Para Aécio, a decisão é um retrocesso, já que nega aos médicos uma carreira



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo aponta falta de incentivos aos serviços voltados ao comércio exterior



Moreira Neto/Agência Senado

Capital do Amapá vive uma das mais dramáticas tragédias, alerta Randolfe



Moreira Neto/Agência Senado

Intervenção do governo é necessária e urgente, defende João Capiberibe

Paulo Bauer critica a cobrança de taxas em terrenos de marinha

Paulo Bauer (PSDB-SC) criticou, em pronunciamento ontem, a cobrança de taxas de foro, laudêmio e ocupação de terrenos de marinha.

— O Brasil é o único país que ainda mantém esse tipo de cobrança. Trata-se de um entulho legislativo, que vem desde o período imperial — disse.

Para reverter essa situação, Bauer apontou o substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/2007, que passa aos ocupantes de terrenos em área de marinha o domínio pleno sobre suas propriedades, extinguindo a cobrança de quaisquer taxas. A matéria tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Faço meu apelo público ao senador Vital do Rêgo, presidente da CCJ, para que coloque o quanto antes a matéria em votação — concluiu.

Aécio lamenta veto de Dilma a dispositivo do Mais Médicos

Aécio Neves (PSDB-MG) lamentou ontem a decisão da presidente Dilma Rousseff de vetar o dispositivo da lei do Programa Mais Médicos que proibia a atuação dos profissionais intercambistas fora do programa e condicionava a permanência no projeto, após a primeira etapa de três anos, ao ingresso em carreira médica específica.

O senador afirmou que a proposta já havia sido acordada com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Na opinião dele, a carreira de médico é um instrumento absolutamente necessário para que, em médio e longo prazo, o país tenha médicos em todas as regiões do Brasil. A população, acredita Aécio, conta com juízes e promotores de Justiça nas mais variadas regiões porque existe uma carreira que estimula esses servidores a estarem lá.

Casildo diz que Brasil precisa investir no comércio exterior

Casildo Maladaner (PMDB-SC) defendeu, em pronunciamento ontem, mais investimentos do governo no comércio exterior para aumentar a competitividade do país no mercado internacional. Na opinião do parlamentar, o Brasil precisa exercer liderança política e econômica na América Latina.

Casildo apontou a necessidade de uma atitude mais agressiva nas relações externas, em ação coordenada pelo Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

— Se efetivamente quisermos atingir esse patamar, exercer o papel que nos cabe pela dimensão de nossa economia, é preciso fazer nossa lição de casa. Sem melhorias no nosso ambiente de negócios, a competitividade internacional fica comprometida — disse.

Randolfe e Capiberibe citam fogo em Macapá e pedem ajuda federal

Na noite de ontem, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP) fizeram uso da palavra no Plenário para informar que Macapá estava sendo atingida por um incêndio de grandes proporções.

— É uma tragédia que atinge o povo de nossa cidade. Espero que não haja vítimas fatais. Estamos vivendo uma das mais dramáticas tragédias que nossa capital já viveu. Vamos

precisar do apoio de todas as autoridades do governo federal — disse Randolfe.

Capiberibe solicitou que a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, atendesse a suas ligações telefônicas, pois a intervenção do governo federal era necessária e urgente:

— Muitas famílias precisam de abrigo, pois estão perdendo suas casas.

Sabatina de indicado para agência reguladora é adiada

Foi adiada a sabatina de Paulo Sérgio Oliveira Passos, indicado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A sabatina estava marcada para ontem, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O adiamento se deu a pedido do próprio indicado.

Passos é servidor público federal e economista. Considerado uma das maiores autoridades públicas no setor de transportes, é pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e foi ministro dos Transportes.

A comissão anunciará uma nova data para a sabatina.

Senado susta medida que altera número de deputados por estado

Perderá efeito a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que redefiniu o número de deputados federais e estaduais com base no Censo de 2010

A DEFINIÇÃO SOBRE o aumento ou a diminuição do número de deputados federais por estado teve mais um capítulo ontem. Em meio a muito debate, o Plenário do Senado aprovou projeto que susta os efeitos de resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para redefinir o número de deputados federais, estaduais e distritais. O texto agora segue para análise da Câmara.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 85/2013, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), susta os efeitos da resolução do TSE que redefiniu, com base no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), o número de deputados federais, estaduais e distritais no país, em resposta a pedido da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Com as mudanças propostas, há, por exemplo, o ganho de quatro cadeiras na bancada federal do Pará. Os estados de Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Amazonas também ganham mais deputados. Por outro lado, as bancadas de Paraíba, Piauí, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul perdem representantes.

A aprovação do PDS no Senado, no entanto, não veio sem polêmica. O debate colocou em campos opostos os

senadores dos estados que ganham e os dos estados que perdem deputados federais. A disputa focou os senadores dos 14 estados que não são atingidos pela decisão do TSE.

Briga interna

Cícero Lucena (PSDB-PB) reclamou do fato de que muitos líderes partidários estavam defendendo seus estados contra o interesse de outros estados com senadores do mesmo partido. Dessa forma, o encaminhamento de votação na tribuna ficaria desequilibrado. Foi o caso do partido do senador, o PSDB. Mário Couto (PSDB-PA) defendia a decisão do TSE, que dá mais quatro

deputados federais ao Pará. Já os senadores tucanos da Paraíba, Cássio Cunha Lima e o próprio Cícero, se mostraram contrários aos novos cálculos — que fazem a Paraíba perder uma cadeira na Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou com a argumentação de Cícero, mas respondeu que o encaminhamento de requerimento pelas lideranças era previsto no regimento. Ele lembrou que a mesma situação se viu no debate sobre os royalties do petróleo, em que os interesses dos estados colocaram senadores de mesmo partido em lados distintos.



Proposta de Rollemberg visa aumentar a celeridade processual

Aprovada a criação de cargos no Ministério Público do Trabalho

Foi aprovado em Plenário, ontem, e vai à sanção presidencial projeto de lei que cria no Ministério Público do Trabalho (MPT) 12 cargos de subprocurador-geral, 36 de analista e 24 de técnico, além de 24 cargos em comissão e 12 funções de confiança. O projeto, que tramitava em regime de urgência e chegou ao Senado sob a forma do PLC 53/2013, foi apresentado pela Procuradoria-Geral da República.

Na avaliação do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que deu parecer favorável, a proposta é adequada, uma vez que o volume de processos na Justiça do Trabalho aumentou, especialmente após a aprovação da reforma do Poder Judiciário, que exigiu celeridade processual (EC 45/2004). A necessidade de mais servidores, ressaltou o relator, se deve à produtividade do Tribunal Superior do Trabalho, que atua ao lado do Ministério Público do Trabalho.

Ao justificar a iniciativa do projeto, a Procuradoria-Geral da República informou que a necessidade de mais cargos no Ministério Público do Trabalho se deve, entre outros fatores, à maior demanda processual resultante da Emenda Constitucional 45/2004. Também registrou que há uma desproporção entre o número de juízes e o de procuradores do Trabalho. E que a Lei 10.771/2003, ao criar 300 cargos de procurador do Trabalho sem ampliar o número de subprocuradores, provocou um descompasso entre os dois cargos.

Quanto à fonte de recursos para os novos cargos, o projeto determina que a criação desses cargos “fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio” do Orçamento da União.



Moreira Mariz/Agência Senado

Assim como no debate sobre os royalties do petróleo, redistribuição do número de deputados opôs senadores do mesmo partido mas de estados diferentes

Polêmica marca aprovação do decreto legislativo

A aprovação ontem do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 85/2013 no Senado confrontou os interesses eleitorais dos estados e até dividiu bancadas do mesmo partido.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse estranhar que a discussão tenha como pano de fundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 221/2013 — Complementar, que trata do mesmo assunto da decisão do TSE. O projeto, também de autoria de Eduardo Lopes, remete ao TSE a competência para cálculos de ajustes em anos pré-eleitorais. Flexa acrescentou que a Lei Complementar (LC) 78/1993 daria poderes ao TSE para o cálculo, evidenciando o caráter desnecessário do decreto legislativo em debate.

De acordo com Alfredo Nascimento (PR-AM), com base nessa lei complementar, o Congresso Nacional já autorizou o TSE a fazer os cálculos para a quantidade de deputados por estado.

Ele disse, inclusive, que o STF já confirmou a competência do TSE para o assunto. Casildo Maldaner (PMDB-SC) ponderou que não via sentido em discutir algo que já estava previsto em lei.

Eduardo Braga (PMDB-AM) argumentou que a LC 78/1993 é um ato jurídico perfeito. Segundo o senador, a proporcionalidade do eleitorado brasileiro mudou com o crescimento da população. Assim, há uma necessidade natural de ajustes, para evitar uma “proporcionalidade injusta”. Jader Barbalho (PMDB-PA) acrescentou que a manutenção da decisão do TSE dá segurança jurídica para o país.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que, pela importância e pela relevância da matéria, seria preciso aprofundar o debate nas comissões. Mário Couto (PSDB-PA) criticou a iniciativa de Eduardo Lopes e observou que o Pará

tem direito a mais quatro deputados federais por razões “matemáticas”. Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que não se justifica o argumento de que o Congresso está abrindo mão do direito de legislar em favor do Judiciário, já que existe uma lei aprovada pelo Congresso Nacional autorizando que o TSE faça os ajustes.

Posicionamento

Eduardo Lopes, autor tanto do PDS quanto do projeto de lei que tratam do assunto, explicou que o decreto suspende a decisão do TSE sobre os novos cálculos de proporcionalidade. Uma lei complementar para regular a questão é, de acordo com o parlamentar, uma exigência constitucional. Daí, a apresentação de seu projeto de lei (PLS 221/2013), que está em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o senador, o Congresso tem a obrigação de fazer uma nova lei a cada quatro anos, estabelecendo os ajustes na legislação quanto à representação eleitoral de cada estado. Dessa forma, disse o senador, o Congresso estaria em falta desde a lei de 1993 — que foi feita prevendo as eleições de 1994.

Na opinião de Pedro Taques (PDT-MT), relator da matéria na CCJ, a LC 78/1993 já dá amparo legal para a resolução do TSE. O senador argumentou que juridicamente não seria possível um decreto legislativo sustar um ato de um tribunal. O melhor caminho, segundo o parlamentar, seria a aprovação de um projeto de lei, como o PLS 221/2013 — do qual ele é relator na CCJ.

Taques previu dificuldades para a matéria ser aprovada na Câmara dos Deputados e assinalou que a aprovação de decreto legislativo para sustar resolução do TSE é uma decisão inédita e inconstitucional.

Comissão rejeita emendas e PEC do Voto Aberto retorna para o Plenário

Foram três horas de debate entre os que querem o fim do voto secreto e os que propõem mantê-lo para vetos, autoridades ou cassações

O VOTO ABERTO amplo foi confirmado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que rejeitou as emendas apresentadas em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013 após as cinco sessões de discussão em primeiro turno. Se aprovado em definitivo, o voto aberto valerá para Senado, Câmara, assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

A comissão reviveu o acalorado debate de 18 de setembro, quando aprovou o relatório de Sérgio Souza (PMDB-PR) pelo voto aberto geral e irrestrito. Posições distintas foram apresentadas em três horas de discussão: uma acompanhando o relator, outra pelo voto aberto para cassação de mandato e vetos presidenciais, mas não para escolha de autoridades, e uma terceira pelo voto aberto apenas em cassações.

— Recebi uma petição com quase 700 mil assinaturas pelo voto aberto. A sociedade não admite mais o voto mascarado. O povo quer saber como vota seu representante, e aquele que tem medo de votar abertamente, que não seja parlamentar — declarou o relator.

Com ele alinharam-se Aníbal Diniz (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Pedro Taques (PDT-MT), Wellington Dias (PT-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Requião (PMDB-PR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Walter



Relator da proposta, Sérgio Souza conversa com Alvaro Dias na CCJ: petição tem quase 700 mil apoios ao voto aberto

Pinheiro (PT-BA), Magno Malta (PR-ES), Pedro Simon (PMDB-RS), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

— O parlamentar que não tem mídia e não é reconhecido pela imprensa precisa, sim, do voto aberto, porque terá o painel de votação para mostrar aos seus eleitores como se posicionou — afirmou Walter Pinheiro, um dos mais enfáticos defensores do voto aberto.

Ele classificou de “covarde” quem usou o sigilo contra uma terceira pessoa, ao rejeitar autoridades por retaliação política, sem relação com o cargo ou o nome em questão.

— As pessoas foram punidas pela covardia de alguns que não atacaram quem deveriam

atacar — afirmou Pinheiro. Já Aloysio Ferreira Nunes (PSDB-SP) defendeu o fim do sigilo apenas para cassação.

— Eu votei pela manutenção do voto secreto no exame do voto e na escolha de autoridades para preservar o equilíbrio entre Legislativo e Executivo e preservar a consciência do parlamentar contra pressões de partidos, corporações ou do Executivo — enfatizou.

A argumentação foi encampada por Armando Monteiro (PTB-PE), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Uma terceira via reuniu defensores da manutenção do sigilo apenas para escolha de autoridades, especialmente

ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República. Teme-se represália do indicado contra parlamentar que tenha rejeitado seu nome.

— Um senador que votar em discordância pode ser mais tarde atacado em sua independência por uma visão mesquinha que esses possam ter — advertiu Humberto Costa (PT-PE), ao defender a tese ao lado de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Agora, a PEC 43 retorna ao Plenário para votação em primeiro turno. Em seguida, passará por mais três sessões de discussão antes de ser votada em segundo turno.

Aposentadoria especial para servidor com deficiência

Requisitos e critérios especiais para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 250/2005), de Paulo Paim (PT-RS), segue para o Plenário.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), que apresentou substitutivo, disse estar convencido da sensatez do projeto, que “regulamenta o direito público subjetivo à aposentadoria especial”.

O texto aprovado permite ao servidor com deficiência se aposentar após dez anos de serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria. O tempo de contribuição deve ser de 25 anos, se homem, e 20 anos, se mulher, no caso de deficiência grave. Se for leve, o tempo será de 33 anos para homens e 28 anos para mulheres.

Comissão discute preço diferente para cartão de crédito

A CCJ realizará audiência sobre o Projeto de Decreto Legislativo 31/2013, de Roberto Requião (PMDB-PR), que suspende os efeitos de portaria do já extinto Conselho Nacional de Defesa do Consumidor proibindo o preço diferenciado para pagamento com cartão de crédito. Aprovada ontem, a iniciativa do debate foi da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA).

Requião explicou que o projeto defende o consumidor, especialmente os mais pobres, prejudicados pelo voto aos descontos por pagamentos em dinheiro, débito em conta ou cheque.

A comissão também debaterá o PLC 57/2010, que disciplina o rateio das gorjetas entre garçons, o PLS 292/2013, que caracteriza o feminicídio, e o PLS 387/2011, que trata do registro da produção científica no país.

Sérgio Souza cobra rapidez na apreciação do texto pelo Plenário

Sérgio Souza (PMDB-PR), relator da Proposta de Emenda Constitucional 43/2013, que estabelece o voto aberto em todas as deliberações do Legislativo, cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, a data em que a PEC será examinada em Plenário. O texto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Há uma ansiedade muito grande de senadores, também da imprensa e da sociedade.

Renan informou que as providências para que a matéria entre na ordem do dia foram solicitadas:

— Já pedi à Secretaria-Geral da Mesa para que promova todos os meios para que nós possamos pautar [a matéria] o mais rapidamente possível.

Congresso já não pode sustentar escrutínio secreto, afirma Ferraço

Em discurso ontem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou o debate “longo e profundo” ocorrido na CCJ sobre o alcance do voto aberto. A comissão aprovou o relatório de Sérgio Souza (PMDB-PR) sobre a PEC 43/2013, que acaba com o voto secreto no Legislativo no país.



— O Congresso não tem mais como sustentar diante da população brasileira o voto secreto — disse.

Para Ferraço, o voto aberto amplo é uma forma de controle social dos mandatos. Ele disse esperar que a matéria seja pautada o mais rápido possível no Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aprovada proibição a brinquedo que imita cigarro

Hoje, uma norma da Anvisa veda apenas os alimentos em forma de cigarro. Projeto, que tem como objetivo impedir que as crianças sejam induzidas ao tabagismo, agora vai para a sanção presidencial

O PROJETO DE lei que proíbe brinquedos e outros produtos destinados ao público infantojuvenil que imitem cigarros foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

Se nenhum senador apresentar recurso para que a matéria seja votada no Plenário, o texto (PLC 17/2010) seguirá para sanção presidencial.

Para quem não respeitar a proibição, o texto determina a seguinte punição: apreensão do brinquedo e multa de R\$ 10 por embalagem, valor que será duplicado a cada reincidência.

A autoria da proposta é do falecido deputado Clodovil Hernandes. Conforme ele mesmo havia destacado, a iniciativa foi uma reapresentação de um projeto de lei da ex-deputada Vanessa Felippe. Clodovil argumentava que é necessário proteger as crianças da exposição a qualquer tipo de produto que induza ao tabagismo.

Texto amplia atribuição de conselho tutelar

As atribuições dos conselhos tutelares da infância e adolescência poderão ser ampliadas. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem em caráter terminativo um projeto de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que permite às instituições solicitarem serviços públicos nas áreas de cultura, esportes e lazer para viabilizar a execução de decisões (PLS 110/2011). O senador destaca que, para que uma criança se torne saudável, ela precisa, além de estudar e brincar, praticar esportes. O texto vai para a Câmara.

Comissão aprova redução de idade para pré-escola

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deverá ser modificado para reduzir de 6 para 5 anos a idade-limite para atendimento de crianças em creches e pré-escolas. A mudança foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A redução, prevista no PLS 412/2008, do ex-senador Flávio Arns, ajusta o estatuto aos termos da Emenda Constitucional 53/2006. Se não houver recurso, a matéria seguirá para a Câmara.

Irmãos poderão ter vagas garantidas nas mesmas escolas

Irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica poderão passar a ter vagas garantidas na mesma escola pública próxima à residência. É o que prevê proposta aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O relator da matéria, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), avalia que o projeto "reconhece ser importante oferecer às famílias a opção de manter irmãos com idades próximas na mesma escola".

Polêmica marca regulamentação de meia-entrada

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto (PLS 188/2007) que regulamenta o benefício da meia-entrada em espetáculos artísticos-culturais e esportivos. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) votou contra, alegando que o assunto já foi esgotado com a aprovação do Estatuto da Juventude e apontando ainda um retrocesso, uma vez que permitiria, na opinião do parlamentar, o monopólio da União Nacional dos Estudantes (UNE) na emissão das carteiras de estudante.

Suplicy levará a Dilma carta de apoio à renda básica



Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem, em Plenário, que conseguiu o apoio dos 81 senadores em carta de autoria dele que será enviada à presidente Dilma Rousseff solicitando a constituição de um grupo de trabalho que tenha o objetivo de preparar a instituição, por etapas, da renda básica da cidadania, iniciando-se o procedimento pelos mais necessitados.

Sobrinho quer banco para desenvolver o Centro-Oeste



Em pronunciamento na terça-feira, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) defendeu a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Para o senador, a "robustez e a crescente sofisticação" da economia da região contrastam com a falta de infraestrutura e de um banco que fomente o desenvolvimento. Os representantes da região precisam se unir, segundo ele, independentemente de filiação partidária.



Cristovam (2º à dir.) e Ângela ouvem debatedores na audiência de ontem

Investimentos em educação são mal geridos, dizem especialistas

Mais investimentos e planejamento educacional mais qualificado são as chaves para que o Brasil possa avançar na educação, facilitando o crescimento econômico e o desenvolvimento. Essas foram advertências feitas pelos especialistas que participaram ontem da audiência pública promovida pela comissão temporária especial destinada a propor soluções para o financiamento da educação.

Representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consel), o secretário do Tocantins, Danilo de Melo Souza, afirmou que a prioridade deve ser aumentar os investimentos públicos na educação infantil, também conhecida como pré-escolar. Estudos já mostraram, frisou,

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Waldery Rodrigues Júnior disse que a qualidade da educação está direta e brutalmente ligada à capacidade de crescimento econômico e desenvolvimento dos países. Ele criticou o direcionamento de 46% do Orçamento da União para financiar a dívida pública e a Previdência, enquanto a educação fica com pouco mais de 3%.

Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da comissão, defendeu o aumento dos investimentos públicos, um piso salarial para os professores de R\$ 9.500 e reforma ou reconstrução das dependências físicas de todas as escolas.

A presidente do colegiado, Ângela Portela (PT-RR), disse que já há consenso sobre a necessidade de mais recursos e de valorização dos professores.

Revalidação automática de diplomas preocupa acadêmicos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes de instituições ligadas ao ensino superior no país. O grupo manifestou preocupação com avanço do Projeto de Lei 399/2011, em tramitação no Senado, que trata da revalidação

automática de diplomas obtidos no exterior. Os acadêmicos defendem um sistema que garanta rapidez e transparência para o reconhecimento dos diplomas, sem prescindir de uma avaliação prévia do conhecimento adquirido pelo estudante.



Renan (D) recebe representantes de entidades de educação e de pesquisa

Sérgio Souza defende criação de novos tribunais regionais

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu na terça-feira a criação de novos tribunais regionais federais, conforme prevê emenda constitucional promulgada pelo Congresso em junho. A medida, porém, está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o senador, de cada 100 processos nos TRFs, apenas 40 foram解决ados em 2012.

— Cada magistrado proferiu, em média, 4.565 sentenças — afirmou, lembrando que a média nos demais tribunais é de 1.507.



Senador teme que falta de solução resulte em tragédia em seu estado

Figueiró cobra ação do governo sobre terras indígenas

Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou ontem a postura do governo diante dos conflitos de terra em Mato Grosso do Sul. Ele cobrou uma proposta capaz de deter as invasões e promover a conciliação entre índios e não índios, temendo que a falta de uma "definição real e concreta" resulte em tragédia.

— Que o governo federal use o tempo que tem para agir, para que os princípios constitucionais do direito à propriedade, do marco temporal estabelecido pelo Supremo sejam respeitados, e a paz e a conciliação sejam restabelecidas.

Ele elogiou a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pelo acordo firmado em junho, mas criticou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pela proposta "enganosa" apresentada.

Lídice informa coleta de assinaturas para criação de CPI

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou ontem ter conseguido as 27 assinaturas necessárias para a criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar os índices de homicídios de jovens negros no Brasil. A intenção da senadora de criar a CPI foi anunciada há cerca de duas semanas, após audiência sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos.

No pronunciamento em que informou ter iniciado a coleta de assinaturas, na terça-feira, a senadora citou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelando que a cada três assassinatos praticados no país, dois vitimam negros.

Segundo Lídice, a chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior que a de um adolescente branco. A pesquisa do Ipea também mostra que a possibilidade de o negro ser vítima de homicídio no Brasil é maior inclusive em grupos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes.

— Não é mais possível ignorarmos essa realidade.

Idosos serão dispensados de ir a órgãos públicos

Outros dois projetos aprovados ontem na Comissão de Direitos Humanos também seguem para sanção: obrigatoriedade de cardápio em braile e divulgação do direito de acompanhante para parturientes

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem seis projetos, sendo cinco em decisão terminativa (só precisarão de votação em Plenário se houver recurso). Três seguem para sanção, dois vão para a Câmara e um avança para votação final no Senado. As propostas tratam de questões relativas a pessoas de diferentes idades, gêneros e etnias.

Vai a sanção o PLC 45/2012, que acaba com a obrigação de idosos comparecerem a órgão público quando estiverem doentes. Se a presença for de interesse do poder público, a autoridade deverá providenciar atendimento domiciliar. Quando for interesse pessoal, o idoso poderá indicar procurador. O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), disse esperar que o poder público assegure o bem-estar dos idosos.

Também segue para sanção o PLC 21/2012, que obriga hospitais do SUS a divulgarem em local visível o direito da parturiente a acompanhante durante o período de trabalho de parto e pós-parto imediato. O relator, Paulo Davim (PV-RN), ressalta que a parturiente deve contar com tranquilidade, segurança e conforto.

A obrigatoriedade de pelo menos um cardápio em braile em restaurantes, bares e lanchonetes está no terceiro projeto (PLC 48/2011) que segue para sanção. Para quem não

respeitar a exigência, haverá multa de R\$ 100, reajustada com base no índice de correção dos tributos federais. Além disso, a cada reincidência será cobrado o dobro da multa anterior.

No relatório, Ana Rita (PT-ES) defendeu a aprovação, destacando que o texto atende a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e complementa o Código de Defesa do Consumidor. A autora é a deputada Luiza Erundina (PSB-SP). Ela lembra que a Constituição garante a todos o direito de acesso à informação, e acrescenta que, para que o acesso universal seja possível, é necessário legislar sobre questões simples.

Jovens de rua

O PLS 241/2008, que segue para análise da Câmara, estende o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) a moradores de rua de 15 a 17 anos. O Projovem visa à reintegração de jovens no processo educacional e também à sua qualificação profissional e já tem uma modalidade que contempla essa faixa etária, mas não inclui jovens que vivem nas ruas. O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), argumenta que a população de rua é composta por diversos segmentos, mas "todos eles são igualmente invisíveis nas políticas públicas".

A produção de mulheres que atuam na agricultura familiar poderá ter prioridade nas compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). É o que determina o PLS 680/2011, de Ana Rita (PT-ES), que também segue para a Câmara. Pelo menos 30% dos alimentos comprados pelo Pnae já são adquiridos na agricultura familiar, tendo prioridade produtos de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, disse a senadora. Segundo o projeto, pelo menos metade do que for comprado da família rural deve ser efetuado em nome da mulher. A relatora, Ângela Portela (PT-RR), disse que a proposta está entre as iniciativas de valorização da mulher.

A CDH aprovou ainda o direito dos remanescentes das comunidades quilombolas à terra que ocupam. O PLS 418/2012, de Paulo Paim (PT-RS), inclui um capítulo no Estatuto da Igualdade Racial e segue agora para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Paim disse que ideia estava no projeto original do estatuto, mas foi deixada de fora pela polêmica gerada no debate do texto.

— Nós, legisladores, estamos em dúvida com as comunidades quilombolas — afirmou.

O texto foi aprovado com relatório favorável de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).



Requião (D) fala com Lídice (2ª à esq.) na reunião que aprovou o relatório dele sobre a presença de idosos doentes

Por ativista presa, grupo viajará à Rússia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu criar uma comissão de parlamentares para viajar à Rússia e interceder pela libertação da ativista brasileira Ana Paula Maciel, que foi presa em 19 de setembro, durante uma manifestação do Greenpeace na região do Ártico.

Renan tomou a decisão durante encontro com deputados

federais e um representante do Greenpeace no Brasil.

— A preocupação é que ela está distante de Moscou [em Murmansk, a 2 mil quilômetros da capital] e agora começa o rigoroso inverso russo — disse o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

O deputado Sarney Filho (PV-MA) ressaltou a necessidade de se buscar um "caminho

alternativo" ao que já vem sendo trilhado pelo Executivo:

— Temos que dialogar com os parlamentares russos.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) acatou o voto de solidariedade a Ana Paula assinado por João Capiberibe (PSB-AP), Ana Rita (PT-ES) e Paulo Paim (PT-RS). Segundo eles, a ativista não praticou crime de pirataria.



Para senador, legislação não pode ser usada para acobertar crimes

Humberto Costa defende revisão da Lei da Anistia

Humberto Costa (PT-PE) defendeu ontem a revisão da Lei da Anistia (Lei 6.683/1979). Para ele, com a lei, o Estado perdoou a si mesmo e a seus agentes por tudo o que fizeram ao país.

— Não é possível que, em 2013, sejamos cúmplices de atrocidades da ditadura.

O senador disse que a lei teve um papel importante na retomada da democracia, mas não pode ser usada para acobertar crimes. Ele fez questão de dizer que sua defesa pela revisão não era movida por "desejos de vingança ou revanche", mas argumentou que a punição a crimes da ditadura militar (1964-1985) deve soar como exemplo para o futuro.

Segundo Humberto, também são favoráveis à revisão da lei autoridades e juristas, bem como a Comissão da Verdade. Ele destacou parecer em que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, considera imprescritíveis os crimes contra a humanidade.

Randolfe espera reabertura de debate sobre a norma

Argumentando que o ordenamento jurídico brasileiro não pode acolher "uma lei que anistie torturadores", Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) reveja o entendimento sobre a constitucionalidade da Lei da Anistia. Ele saudou o parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre a imprescritibilidade dos crimes de tortura e classificou a lei como uma imposição da ditadura.

— Não era a anistia que era reivindicada nas ruas e a sociedade brasileira exigia — declarou.

Randolfe contestou o argumento, aceito pelo STF, de que a Lei da Anistia foi um acordo que tornou possível a transição democrática ao final do regime militar. Para o senador, a norma foi aprovada "para impedir a punição de quem praticou atrocidades na ditadura" e o Brasil ainda precisa de seu "encontro com a verdade".